



Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2025.

APRESENTAÇÃO DE DEFESA (BRASIL TELECOM)

Ref.: Inadimplência na Liquidação Reserva de Capacidade (RCAP) - 09/2025

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Endereço: Rua Jangadeiros, 48 – Ipanema – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22420010.

A/C: CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

Prezado (a),

Venho mediante a este no intuito de comunicar e observar, que não houve a Liquidação Reserva de Capacidade em 23.10.2025.

- OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- Atividade: Liquidação Reserva de Capacidade
- Referência: Setembro.2025
- **Valor do Débito: R\$ 22.722,27 (23.10.2025)**

1. *Como é de conhecimento de V.Sas., foi proferida, em 30.09.2025, decisão judicial no processo em referência, por meio da qual o MM. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no qual tramita o processo de recuperação judicial da ora signatária decidiu “SUSPENDER as obrigações extraconcursais, vencidas e vincendas, pelo prazo de 30 (trinta) dias” (doc. anexo).*

2. *Diante disso, a Oi está proibida, por ordem judicial, de realizar quaisquer pagamentos, o que afasta a sua mora em relação às obrigações vencidas e a vencer no prazo de suspensão das obrigações. Trata-se de caso de impossibilidade temporária de cumprimento da obrigação, nos termos do art. 248 do Código Civil.*



3. *Considerando a inexigibilidade das obrigações em questão, não se aplicam à Oi os efeitos da mora em cumprir quaisquer obrigações regulatórias impostas pela CCEE e pela ANEEL no âmbito do mercado livre de energia.*

4. *Ademais, requer-se a realização do registro contratual de energia fornecida pela sociedade Thopen Comercializadora de Energia Ltda (CNPJ: 26.562.346/0001-77) perante a CCEE. Tal energia, já adquirida pela Oi, mas ainda não paga, precisa de registro na CCEE, sob pena de ser compulsoriamente alienada no mercado de curto prazo. Diante da inexigibilidade da obrigação de pagamento, requer-se a autorização para que o registro seja realizado independentemente do respectivo pagamento, de modo a preservar o lastro contratual da Oi.*

5. *Sendo assim, servimo-nos da presente para notificar V.Sas., nos seguintes termos:*

(i) CCEE e Aneel deixem de aplicar temporariamente qualquer penalidade, sanção ou bloqueio decorrente do eventual descumprimento de obrigações regulatórias derivadas da suspensão judicial de obrigações extraconcursais, sob pena de violação à decisão judicial acima mencionada; e

(ii) THOPEN efetue o registro contratual de energia fornecida à Oi perante a CCEE.

Atenciosamente,

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Félix de Barros Junior

Gerente de Energia